

PSL tem os deputados federais com o voto 'mais barato' do país

O PSL, do presidente Jair Bolsonaro, tem os 14 deputados federais com o voto "mais barato" da última eleição. A relação entre despesas de campanha e quantidade de votos mostra que Alexandre Frota, de São Paulo, foi quem menos precisou gastar para sair vitorioso: nove centavos por cada um dos seus mais de 155 mil votos. *Agência Estado*

REUNIÃO COM GOVERNADORES LEÃO VAI A BOLSONARO

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O vice-governador da Bahia, João Leão (PP), que está como governador em exercício, participa hoje de uma reunião com o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). Além do progressista, 17 governadores eleitos ou reeleitos confirmam presença no encontro que acontecerá no Centro Internacional de Convenções de Brasília (CICB), que fica próximo do Centro Cultural Banco do Brasil, local de trabalho da equipe de transição de governo. Leão vai à capital fe-

deral como representante do governador Rui Costa (PT), que está em missão fora do país e só retorna na próxima sexta-feira, segundo a assessoria de comunicação. À *Tribuna*, o vice-governador disse que vai "levar uma pauta de reivindicações" da Bahia e do Nordeste. "Nós temos que trabalhar pelo Brasil. Temos que esquecer as disputas políticas. Vamos sentar antes com os governadores do Nordeste para definir a pauta, mas, claro, já estou levando algumas. Temos uma série de obras que são importantes para a Bahia, como a construção de rodovias e da ponte Salvador-Itaparica. O projeto está pronto, mas não é

justo que o governo federal não bote um centavo", afirmou, ao ressaltar que durante os 35 anos de concessão da ponte para uma empresa privada, a União vai arrecadar R\$ 27 bilhões de tributos, já o governo estadual R\$ 20,5 bilhões.

Confirmam presença os governadores eleitos do Acre, Gládon Cameli; Amapá, Waldez Góes; Amazonas, Wilson Lima; Distrito Federal, Ibaneis Rocha; de Goiás, Ronaldo Caiado; Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja; Minas Gerais, Romeu Zema; Mato Grosso, Mauro Mendes; do Pará, Helder Barbalho; Paraná, Ratinho Júnior; Rio de Janeiro, Wilson Witzel;

Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra; Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; de Roraima, Antonio Denarium; Santa Catarina, Coronel Carlos Moisés da Silva; São Paulo, João Dória; e do Tocantins, Mauro Carlesse.

Segundo os organizadores, a reunião tem como objetivo ser um "encontro de aproximação". Além de Bolsonaro, deverão participar do evento os futuros ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Perguntado se acha que a Bahia sofrerá retaliação do governo de Bolsonaro, já que a maioria do eleitorado do estado votou em Fernando Haddad (PT) na disputa pre-



GOVERNADOR em exercício, João Leão participa de uma reunião com o presidente eleito Jair Bolsonaro

sidencial, Leão afirmou que "não acredita, de jeito nenhum nisso". "O povo da Bahia não pode pagar o pato", ressaltou. Sobre como avalia a montagem da equipe do capitão reformado, o vice-governador respondeu: "Não posso dizer que é uma seleção brasileira. Agora, deixa o time começar a jogar". O vice-governador também comentou a decisão do juiz federal Sérgio Moro, que é ainda responsável pelo processo da Lava Jato na primeira instância, de aceitar o convite do presidente eleito para ser ministro da Justiça. "A sociedade gostou. Agora, é aquela velha história: será que foi ético? É uma questão de se perguntar. Eu acho

que poderia ter avaliado melhor. Não era o momento. Podia ter esperado um pouco", pontuou.

Legislativo – João reiterou que o PP quer a presidência da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), mas quer "consenso" na base governista. "O PP não vai brigar. O PP quer o consenso. Não tem sentido o PP brigar. Quando Angelo Coronel foi candidato, o PSD não precisou brigar. Houve um consenso. Nós abrimos mão da candidatura à presidência para apoiar o PSD", disse, ao salientar que o deputado estadual Nelson Leal (PP) "tem uma experiência excepcional" para comandar o Legislativo baiano.



LULA vai ser ouvido na ação penal do sítio de Atibaia (SP), em que é réu pelos mesmos crimes

PT se mobiliza para o novo interrogatório de Lula

RICARDO BRANDT E JULIA
AFFONSO
AGÊNCIA ESTADO

O PT mobiliza suas lideranças e movimentos sociais para o novo interrogatório do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta quarta, 14, o petista deixará pela primeira vez, desde que foi preso no dia 7 de abril, a sala especial que ocupa na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, onde cumpre pena de 12 anos e um mês de reclusão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no proces-

so do triplex do Guarujá (SP). Lula vai ser ouvido em outra ação penal, a do sítio de Atibaia (SP), em que é réu pelos mesmos crimes - segundo a força-tarefa da Lava Jato, o ex-presidente teria sido contemplado com propina de R\$ 1,02 milhão, parte desse valor supostamente repassado pela Odebrecht e OAS por meio de obras de reforma e melhorias na propriedade rural. Pela primeira vez, também, a Lava Jato não vai ter o mais emblemático duelo que já produziu, Lula e Sérgio Moro frente a frente. O magistrado vai pedir exone-

ração da carreira que segue há 22 anos para assumir, em janeiro, o superministério da Justiça e da Segurança Pública do governo Bolsonaro (PSL). Na prática, Moro já se desligou da Lava Jato e da toga.

Em duas audiências anteriores, Moro interrogou o petista, no caso do triplex do Guarujá e em um terceiro processo, o da compra de um apartamento em São Bernardo do Campo (SP) e de um terreno que, segundo a acusação do Ministério Público Federal, seria destinado ao Instituto Lula. Nesta quarta-feira, quem vai in-

terrogar o ex-presidente será a juíza Gabriela Hardt, substituta da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, sucessora de Moro. Nos últimos dias, ela já tomou os depoimentos de outros réus da ação do sítio de Atibaia, como dos empreiteiros Marcelo e Emilio Odebrecht, delatores da Lava Jato. Lideranças do PT e movimentos sociais vão acompanhar o novo depoimento do ex-presidente. O partido que Lula fundou nos anos 1980 afirma que ele é um "preso político", após ser condenado em segunda instância pelo TRF-4.

ARTIGO

Leo Prates

Avanços da Câmara em dois anos de gestão

Concluiu um ciclo de dois anos como presidente da Câmara Municipal de Salvador no dia 31 de dezembro e passo o bastão ao vereador Geraldo Júnior (SD), que ocupará em 2 de janeiro o cargo máximo da Casa no biênio 2019/2020.

Ao tempo em que escrevo este artigo para a Tribuna da Bahia resumindo esse ciclo, passa em minha mente um filme que tem

como enredo a melhoria da Câmara e cujo grand finale é o sentimento do dever cumprido.

E quais foram os avanços que sustentam o enredo do filme que mostra a melhoria da Câmara?

Na gestão marcada pelo "Poder do Cidadão", avançamos em várias áreas sempre com responsabilidade, com diálogo, com austeridade, com transparência, com zelo com o dinheiro público e com o

cumprimento dos acordos.

No que diz respeito às finanças, mantivemos a política de austeridade da gestão anterior e devolvemos recursos ao Executivo Municipal. Cuidar do dinheiro público com zelo e rigor é uma obrigação de quem ingressa na vida pública.

Nossa gestão também cumpriu rigorosamente o que manda a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o controle dos gastos. Com as contas equilibradas, melhoramos o plenário com a instalação do novo painel de votação e requalificamos o sistema de som.

Na área de recursos humanos, realizamos o concurso público para recompor o quadro de servidores efetivos e reserva-

mos 30% das vagas para negros e 5% para pessoas deficientes. Estamos finalizando o processo para a nomeação dos primeiros classificados.

Também hasteamos a bandeira da valorização do servidor com a aprovação do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira e a criação da Mesa Permanente de Negociação Salarial.

No que diz respeito ao trabalho legislativo, reativamos o Projeto Câmara Itinerante e realizamos sessões ordinárias na Cidade Baixa, no Cabula, em Pau da Lima, em Valéria, no Subúrbio e Ilhas e em Cajazeiras. A Câmara foi ao encontro do cidadão e a repercussão continua sendo a melhor possível.

Em termos de produ-

ção, no ano passado, realizamos 101 sessões ordinárias, 54 solenes e 84 especiais, significando muito trabalho. Também criamos a Super Terça, que debate temas polêmicos de interesse da cidade.

E não ficou só nisso. Reformamos o Paço e os prédios anexos. Neste sentido, já entregamos ao IPHAN os projetos de requalificação. O deputado federal Cacá Leão (PP) foi o autor da emenda que garantiu os recursos para as obras.

Ainda lançamos pelo Selo Castro Alves dois livros raros de Manuel Querino, criamos a Escola do Legislativo Péricles Gusmão Régis, ingressamos na União das Cidades Capitais de Língua Portu-

guesa (UCCLA), aprimoramos o Processo Legislativo Eletrônico e reestruturamos a Assistência Militar.

No campo da comunicação, aprimoramos o Portal, fortalecemos a TV Câmara e implantamos a Rádio Câmara, que já opera na internet e está perto de ser transmitida em FM.

Neste momento de passar o bastão e de despedida da Câmara, já que assumirei em 2 de fevereiro de 2019 uma cadeira de deputado na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, agradeço a todos que contribuíram com minha gestão. Muito obrigado, sempre!

*Leo Prates (DEM), presidente da Câmara Municipal de Salvador

PONTO DE VISTA

Raymundo Pinto

Reforma da Previdência é mesmo inadiável?

Passadas as eleições, é natural que surjam numerosas notícias (inclusive falsas), especulações e inflamadas discussões em torno do que realizará de positivo, após a posse, o Presidente da República recém-eleito. Assumem especial relevo as propostas para vencer, ou ao menos reduzir, o notório e elevado déficit registrado no orçamento público federal, que se tornou repetitivo há muitos anos, com reflexos nas finanças estaduais e municipais, além de contribuir, sem dúvida, para a grave crise econômica atualmente vivida pelo nosso país. Os especialistas, em sua maioria, não se cansam de responsabilizar o descontrolado das contas na Previdência Social como uma das

causas do aprofundado desequilíbrio.

Tem circulado nas redes sociais, com uma certa insistência, a opinião Sra. Maria Lúcia Fatorelli, que se apresenta com coordenadora de uma entidade privada denominada Auditoria Cidadã da Dívida, sustentando a tese de que a Previdência não seria deficitária. Invoca os arts. 194 e 195 da Constituição Federal para argumentar que o primeiro deles fixou a seguridade social como um conjunto que integra iniciativas públicas e da sociedade com o fim de assegurar direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. O artigo seguinte estabelece os meios para o financiamento da estrutura necessária. Segundo ela, o total das contribuições arrecadadas seria suficien-

te para manter os três ramos da seguridade e, até com superávit, se não fossem os elevados desvios que ocorrem por parte do governo, inclusive para pagar juros da dívida pública. Não há como negar que a União, de fato, retira parte considerável da receita que teria fins sociais e a emprega em despesas não previstas nas normas constitucionais já citadas. O problema não é tão simples como pregam os que negam a existência do déficit.

Ainda que não existissem tais desvios, os valores destinados a gastos com a seguridade social não param de crescer, sendo que isso é, sem dúvida, um fenômeno mundial. Em resumo, podemos afirmar que dois fatores principais vêm contribuindo para tal: a) o aumento significativo do tempo médio de vida das pessoas, graças à melhoria das condições de higiene e do progresso da medicina; b) queda brusca dos índices de natalidade, desde que se proliferaram os métodos anticoncepcionais, além de mudanças culturais em favor das mulheres. Em

consequência, a população inativa aumentou sobremaneira, cujas necessidades terão de ser providas com recursos oriundos da parcela ativa, em número cada vez menor em termos relativos. O Brasil não foge à regra do que acontece no resto do planeta.

No nosso país, o desequilíbrio nas despesas públicas destinadas ao social tem outras causas além das mencionadas. Fora a corrupção (que é endêmica, como se sabe), valem ser citadas: a) o privilégio de certas categorias, que se aposentam bem mais cedo; b) a discrepância dos valores das aposentadorias e pensões entre servidores públicos e particulares em geral; c) a Carta Magna de 1988 estendeu benefícios aos trabalhadores rurais, que nada tinham contribuído antes. A realidade brasileira demonstra que os gastos orçamentários com saúde e assistência social igualmente crescem, porém é imperativo reconhecer que os valores referentes à previdência social são maiores. Em 2016, o déficit da

seguridade social alcançou 243 bilhões e, destes, 149,7 bilhões apenas da previdência. Em 2017, a relação foi 268,8 x 182,4. No corrente ano, estima-se que os déficits aumentem bem mais. Acrescente-se que estados e municípios também registram altos déficits em seus respectivos sistemas previdenciários e sempre recorrem ao governo federal, muitos deles atendidos.

Num ponto os opositores às mudanças na previdência têm razão. Na verdade, a maior dificuldade financeira do governo federal é sua astronômica dívida pública, que já alcançou quantia superior a três trilhões. Somente o gasto com juros e outros encargos consome - acreditem! - cerca de 40% das despesas da União. Este, sim, seria um gravíssimo problema que deveria ser bastante discutido na campanha eleitoral, sobre a qual, misteriosamente, quase nada se falou. Já que está "vedado" tocar no assunto, não há dúvida de que, ao menos, se tente reduzir o enorme déficit da pre-

vidência. O impasse maior é que as principais medidas dependem de emendas constitucionais e estas são impossíveis de aprovação num Congresso em final de mandato, tendo muitos de seus membros amargado derrota ao se candidatarem à reeleição. Cogita-se em colocar em votação algumas poucas mudanças, ainda este ano, que independem de emenda constitucional. Observadores políticos não acreditam nisso. Respondendo à pergunta feita no título, o modesto articulista entende que, não votada a reforma da previdência até dezembro, torna-se indiscutível que efetivá-la nos primeiros meses do ano entrante passou a ser uma providência da máxima urgência com o fim de equilibrar - em parte, ressalte-se - o orçamento público federal. Portanto, ela é inadiável.

Raymundo Pinto, desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídica da Bahia e da Academia Feirense de Letras. rapinto@uol.com.br.